

**RELATÓRIO TRIMESTRAL
DE ATIVIDADES**

1º TRIMESTRE 2011

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

1º TRIMESTRE 2011

Conselheiro Umberto Messias de Souza

Presidente do Tribunal de Contas do
Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2011

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório de Atividades Trimestral: 1º trim 2011 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2011.

33p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E)-Relatório de Atividades Trimestral: 1º trim 2011.

I.Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

Produção técnica

Diretoria Geral de Secretaria

Subdiretoria Geral de Secretaria

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

Revisão e diagramação

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Umberto Messias de Souza
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Corregedor Geral

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro Elcy de Souza

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Domingos Augusto Taufner
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Ildemar Borges Júnior
Diretor Geral de Secretaria

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

Negócio
Controle Externo



Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

Valores

Profissionalismo
Equidade
Ética e Transparência
Excelência de Desempenho
Responsabilidade Sustentável

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao primeiro trimestre de 2011.

No período destacam-se:

- Realização de solenidade pública de lançamento do **Plano Estratégico da Corregedoria 2010-2015**, no dia 19/01/11, no auditório. Durante a solenidade houve palestras sobre o tema "Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) no Estado do ES" proferidas por Fernando Albuquerque, Assessor Técnico da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Sege) e Eliana Verdade, consultora na área de saúde;
- **Publicação de matérias em espaço exclusivo no Diário Oficial do Estado** - desde o dia 24/01/11, o TCEES conta com uma sessão exclusiva no Diário Oficial do Estado, destinada à publicação de suas matérias, sejam os atos do Pleno, da Diretoria ou da Presidência. Este novo layout gráfico melhora a visualização das matérias do Tribunal de Contas e concorre para a transparência dos seus atos;
- **Sustentabilidade na agenda do Tribunal de Contas** - atento à orientação do Artigo 225 da Constituição Federal, segundo o qual é dever do poder público e da sociedade defender e preservar os recursos ambientais para si e para as gerações futuras, o TCEES assumiu compromisso formal com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente. A partir deste ano, de modo gradual, as auditorias, que até então só se atinham aos aspectos contábeis e financeiros das contas públicas, também passarão a se preocupar com os aspectos relacionados ao meio ambiente e a sustentabilidade. Para isso, pretende-se implantar um projeto piloto no segundo semestre deste ano. Diante desta nova demanda, deu início a um processo de treinamento dos técnicos, com a realização dos seguintes eventos de capacitação:
 - Curso com o tema "Auditoria operacional com foco em meio ambiente" – realizado no período de 7 a 11/02/11, na Escola de Serviço Público, tendo como instrutores Glória Maria Merola da Costa Bastos e Marcelo Cardoso Soares, auditores do Tribunal de Contas da União;

- Fórum “O Tribunal de Contas e o Meio Ambiente” – realizado nos dias 23 e 24/02/11, no auditório do TCEES, com a participação de renomados especialistas e autores da área;
- **Transmissão das sessões do Pleno na TV Assembleia** – por meio do Convênio nº 003/10 (DOE 07/12/2010) entre a ALES e o TCEES, as sessões plenárias realizadas às terças e quintas-feiras, serão, em breve, veiculadas às quintas e sextas-feiras, entre 15h e 18h, na TV Assembleia. Com isso, o TCEES amplia a transparência de suas atividades e afina sua sintonia com a sociedade;
- Assinatura, no dia 10/02/11, do **Convênio** nº 001/2011 (DOE – 25/02/11) com a **Universidade Federal do Espírito Santo - UFES**, tendo por objeto a obtenção mútua de assessoramento técnico na divulgação e fornecimento da Planilha Orçamentária de Custos Unitários para obras e edificações editada através do laboratório de Orçamentos do Departamento de Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da UFES, para aperfeiçoamento, revisão, utilização e divulgação pelo TCEES;
- **Novo Plano Anual de Auditorias Ordinárias** - O plano aprovado para este ano, contemplará aproximadamente um terço dos jurisdicionados, em cujas gestões se concentram mais de 80% das receitas públicas. Alguns municípios menores, selecionados por sorteio, também serão auditados. Esta decisão propiciará ganhos em qualidade, produtividade e celeridade, tanto nas auditorias quanto na tramitação dos processos. Além disso, será possível dar mais atenção às auditorias especiais e extraordinárias;
- **Comissões instituídas:**
 - Comissão Técnica responsável pela continuidade dos procedimentos a serem adotados na progressão e promoção das carreiras do quadro efetivo, referente ao exercício 2010, por meio da Portaria N nº 10/2011 (DOE – 16/03/11);
 - Comissão Técnica responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado de Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados municipais, por meio da Portaria N nº 11/2011 (DOE 24/03/11).

Vitória-ES, maio de 2011



Conselheiro **Umberto Messias de Souza**
Presidente

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	6
2 TCEES EM NÚMEROS	7
3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	8
3.1 ATOS DO PLENÁRIO	8
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS	10
4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS	13
4.1 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS	13
5 A CORREGEDORIA GERAL	15
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	18
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	18
6.2 GESTÃO DE PESSOAS	21
6.3 SERVIÇOS GERAIS	25
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL	25
7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	27
7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA	27
7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA	29
8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	30
ANEXOS	31
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA	31
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA	32

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no primeiro trimestre de 2011.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão – NPO, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subseqüentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional e Tecnologia da Informação.

No anexo 1 estão descritas a competência, a jurisdição e a estrutura do TCEES. A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está representada no anexo 2.

2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no trimestre.

Resultados do Controle Externo	1º Trim
Auditorias concluídas	23
Total de processos referente a controle externo autuados	1.670
Processos referentes a controle externo autuados (exceto pessoal)	657
Processos para apreciação de atos de pessoal que deram entrada no TCEES	1.013
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	1.511
Atos de pessoal apreciados	1.239
Atos de pessoal com registro negado	2
Denúncias julgadas	10
Denúncias julgadas procedentes	3
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais	43
Pareceres prévios pela rejeição ¹	10
Acórdãos proferidos	222
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	135
Acórdãos com contas julgadas irregulares ²	12
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	3
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares ³	-
Recursos julgados ou apreciados	32
Recursos com provimento negado	8

¹ Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

² Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

³ Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	1º Trim
Sessões plenárias	25
Ordinárias	25
Especiais	-
Processos em pauta	1.924
Julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.511
Chamamentos relativos a processos	610
Notificações	333
Citações	277

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Resoluções - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

Acórdãos – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

Decisões - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

Atos do Plenário	1º Trim
Decisões	1.681
Acórdãos	222
Pareceres prévios	49
Pareceres em consulta	2
Resoluções	-
Total	1.954

As tabelas a seguir descrevem os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões.

Pareceres em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0001	Câmara da Serra (Raul Cezar Nunes)	Aplicação pela Administração Pública da Emenda Constitucional nº 58 no decorrer do exercício financeiro - Obrigatoriedade da redução do duodécimo no orçamento em execução no ano de 2010
0002	Câmara de Castelo (Gerson Antônio)	Pagamento de 13º subsídio a vereadores. Possibilidade condicional aos limites constitucionais pertinentes e ao princípio da anterioridade

Resultados dos Pareceres Prévios	1º Trim
Prestação de Contas	43
Parecer pela aprovação	33
Parecer pela rejeição	10
Recursos	6
Provimento - Reformular parecer - aprovação	4
Não conhecer	1
Outros	1
Total⁴	49

Resultados dos Acórdãos	1º Trim
JULGAMENTO CONCLUSIVO	224
Atos de gestão – Prefeitos Municipais	3
Saneado	3
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	93
Regular	79
Irregular	7
Regular com ressalva	4
Saneado	3
Prestação de Contas - Demais entidades	45
Regular	26
Regular com ressalva	7
Saneado	6
Irregular	5
Outros	1
Denúncias	10
Improcedente	7
Procedente	3
Recursos	26
Saneado	9
Negado provimento	8
Provimento	7
Outros	2
Representação	1
Procedente	1
Outros assuntos	46
Regular	39
Saneado	4
Irregular	2
Regular com ressalva	1
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	1
Multa	1
Total⁵	225

⁴ A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados, deve-se ao fato de que nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

⁵ A diferença entre o número de acórdãos e os resultados, deve-se ao fato de que nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão

Resultados das Decisões	1º Trim
Apreciação conclusiva – atos de pessoal	1.239
Registro	1.237
Aposentadoria	669
Admissão	361
Pensão	113
Transferência para reserva	56
Retificação de ato	13
Reforma	10
Reexame de decisão	9
Outras	5
Revisão de proventos	1
Denegar registro	2
Demais decisões – não conclusivas	273
Alerta	121
Outras	68
Arquivar	26
Dar ciência da publicação da pauta no DIO-ES	15
Consulta - não conhecer	8
Denúncia - receber / apurar	8
Revelia	6
Devolver à origem	5
Instaurar Tomada de Contas / Especial	5
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	4
Notificar/Citar por Edital	3
Quitação	2
Deferir parcelamento	1
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	1
Decisões preliminares	168
Total	1.681

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação, conforme anexo 2.

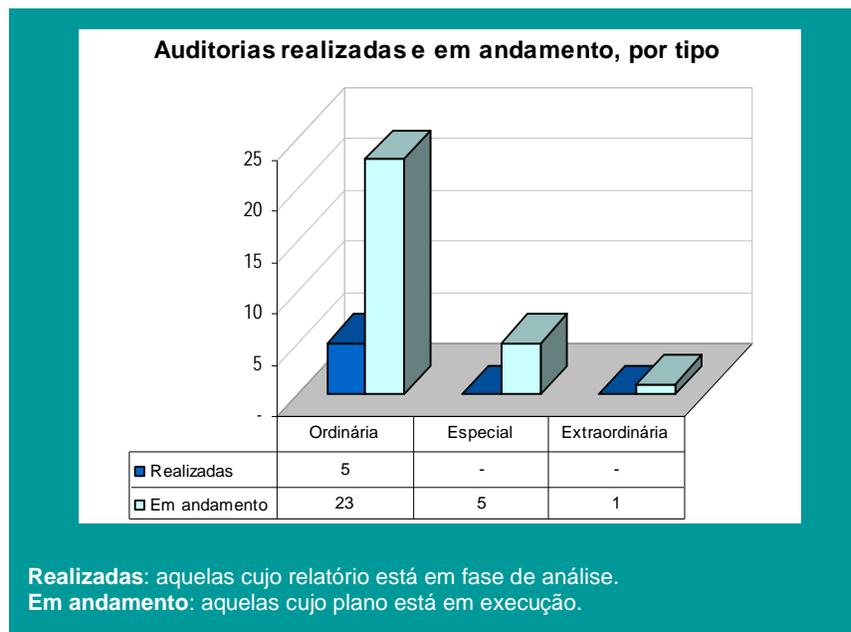
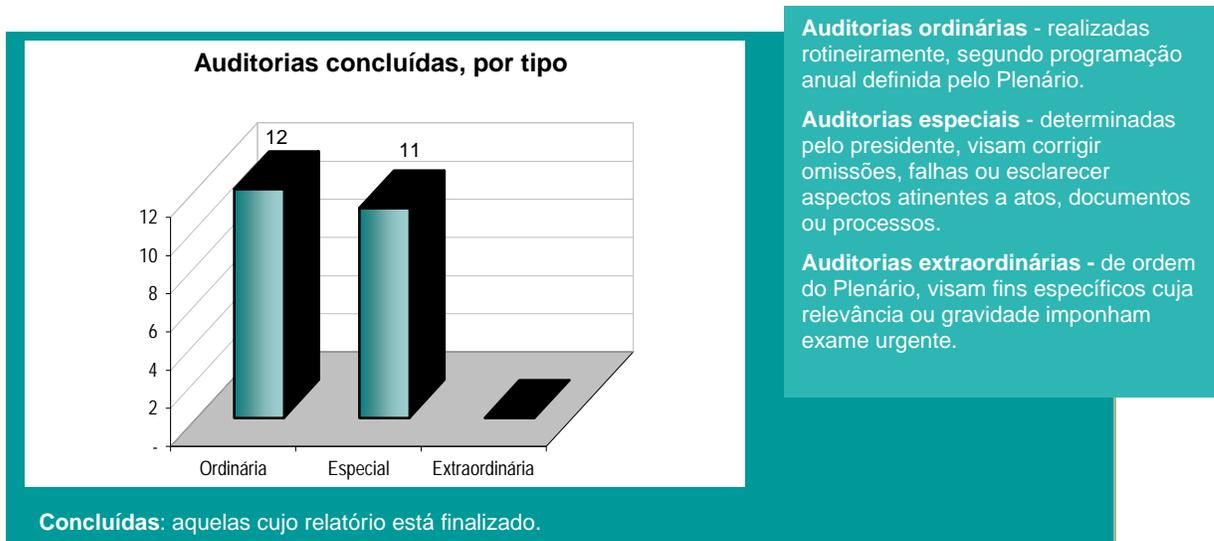
3.2.1 Auditorias

O Tribunal realiza auditorias para fins de verificação da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, eficácia e eficiência da gestão em toda a administração pública, estadual e municipal, abrangendo todos os

órgãos e entidades da administração direta ou indireta, o que inclui fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público.

As auditorias fazem parte do cotidiano do Tribunal, que as realiza por meio do seu corpo técnico em razão de rotina ou por estímulo de solicitações institucionais e denúncias formuladas por cidadãos. Elas geram informações que são analisadas pelo Ministério Público Especial de Contas. Relatadas pelos conselheiros, subsidiam as decisões do Plenário.

As auditorias do trimestre estão distribuídas conforme gráficos a seguir.



3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	1º Trim
Prestações de contas bimestrais (PCB)	106
Jurisdicionados estaduais	-
Jurisdicionados municipais ¹	106
Prestações de contas anuais (PCA)	91
Jurisdicionados estaduais	18
Jurisdicionados municipais	73
Relatórios da LRF analisados ²	135
Jurisdicionados estaduais	6
Jurisdicionados municipais ³	129
Análises contábeis elaboradas	75
Instruções técnicas conclusivas (ITC) elaboradas	208

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

1 - Recebidas em meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.
 2 - RREO-Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF.
 3 - Recebidas em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal	1º Trim
Aposentadoria	971
Pensão	156
Admissão	452
Outros	12
Total	1.591

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8ª CT	1º Trim
Despachos técnicos elaborados	14
Consultas pessoais atendidas	177
Consultas telefônicas atendidas	23
Instruções técnicas elaboradas	49
Consulta	6
Recurso	43

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Em 17 de março de 2010, foi instituído oficialmente o Ministério Público Especial de Contas (MPEC), criado por meio da Lei Complementar nº 451/2008⁶ (DOE – 06/08/08). É composto por três Procuradores Especiais de Contas, sendo um deles, o Procurador Geral.

4.1 A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Cabe ao MPEC tomar as medidas necessárias visando ao cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, tomadas em caráter definitivo e de todos os atos contidos na esfera de sua competência.

As análises elaboradas pelos técnicos do TCEES para subsidiar as decisões do Plenário, também passam pelo crivo do MPEC. Depois, são encaminhadas aos conselheiros para apreciação e julgamento, quando for o caso.

O MPEC conta com o apoio de uma secretaria. Entre suas funções está a de acompanhar os processos de cobrança resultantes das sanções previstas em lei e multas proporcionais aos danos causados ao erário, aplicadas pelo Tribunal de Contas aos responsáveis por atos ilegais ou irregulares.

As tabelas a seguir relacionam as atividades do Ministério Público Especial de Contas e o montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES.

Atividades relacionadas ao MPEC	1º Trim
Nº de processos distribuídos	1.886
Nº de pareceres emitidos	1.491
Nº de termos de atualização de valores a cobrar	5
Nº de termos de verificação de valores pagos	19
Nº de novas cobranças cadastradas no sistema	12

⁶ Alterada pela Lei Complementar nº 491/2009 (DOE – 22/07/09).

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	1º Trim (R\$)
Multas recolhidas aos cofres públicos estaduais	14.509,01
Ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	11.568,66
Total	26.077,67

A tabela a seguir relaciona os assuntos dos pareceres emitidos pelo Ministério Público Especial de Contas.

Assunto dos pareceres emitidos	1º Trim
Pessoal Aposentadoria	653
Pessoal Admissão	303
Prestação de Contas Anual	163
Pessoal Pensão	108
Pessoal Reserva Remunerada	55
Auditoria Relatório	51
Recurso de Reconsideração	30
Encaminhamento	25
Reexame de Decisão	19
Pessoal Reforma	17
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	12
Prestação de Contas Bimestral	10
Consulta	7
Pessoal Edital Concurso Público	7
Relatório de Gestão Fiscal	6
Denúncia	5
Auditoria Especial	4
Representação	4
Requerimento	3
Comunicação Instauração Tomada de Contas	2
Auditoria Relatório Engenharia	1
Auditoria Solicitação	1
Pessoal Retificação Ato	1
Pessoal Revisão de Proventos	1
Prestação Contas de Convênio	1
Prestação Contas Término Gestão	1
Recurso de Revisão	1
Total	1.491

5 A CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral dessa Corte de Contas foi criada por meio da Lei Complementar nº 549/2010 (DOE – 16/04/10). O atual Corregedor Geral é o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, com mandato compreendido no biênio 2010/2011.

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

5.1.1 Lançamento do Plano Estratégico da Corregedoria – 2010/2015

Foi realizado no dia 19/01/11, no Auditório do TCEES, o lançamento do Plano Estratégico da Corregedoria – 2010/2015. Durante o evento foram proferidas as palestras “Parcerias do Estado com o 3º Setor no Espírito Santo”, pelo Sr. Fernando Antônio Marins de Albuquerque, assessor técnico da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger) e “Contratualização dos Serviços de Saúde”, pela Srª. Eliana Cassiano Verdade Nascimento, consultora na área de saúde.

5.1.2 Apresentação do Relatório de Atividades 2010

Em fevereiro de 2011, o Corregedor Geral apresentou ao Plenário do TCEES o Relatório de Atividades do exercício de 2010, em cumprimento ao disposto no Art. 15-A, inciso V da Lei Complementar nº 32/1993, alterada pela Lei Complementar nº 549/2010.

5.1.3 Reuniões

No trimestre foram realizadas 9 reuniões ordinárias do Corregedor Geral com as equipes de projeto, para tratar de assuntos de interesse da Corregedoria e dos projetos em desenvolvimento, e 18 reuniões de trabalho.

As reuniões da Corregedoria Geral com as equipes de projeto ocorrem semanalmente na Sala das Sessões às quartas-feiras e, as reuniões de trabalho, em geral realizadas na sala da Corregedoria, ocorrem em horários e datas estipulados pelas referidas equipes.

5.1.4 Projetos

Em uma gestão compartilhada, a Corregedoria vem incentivando a participação dos agentes públicos do TCEES no desenvolvimento de diversos projetos ligados às atividades fim e meio dessa Corte de Contas, todos devidamente alinhados com o Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES.

Os projetos da Corregedoria são acompanhados/executados pelas equipes de projeto, compostas por agentes públicos de uma ou mais áreas de atuação do TCEES, de acordo com a natureza do tema desenvolvido. O tempo de dedicação dos componentes aos projetos é compatível e concomitante com suas atividades diárias, na qual o agente público acumula além das atribuições de rotina, as atividades do projeto. As equipes de projeto se reúnem periodicamente em datas e horários acertados entre os membros, sendo suas principais ações registradas em atas.

Desde a criação da Corregedoria Geral até o final do 1º trimestre de 2011, foram iniciados 18 projetos sob sua orientação técnica, sendo que 12 desses projetos já foram concluídos e entregues ao Corregedor. Dentre estes, 4 projetos passaram pela aprovação do Plenário, resultando em resolução, a saber, os projetos de números 01, 06, 09 e 12 que resultaram, respectivamente, nas Resoluções TC nº 218, 224, 222 e 225 (DOE - 20/12/10).

No 1º trimestre de 2011, foi dado andamento a 7 projetos iniciados em meses anteriores e iniciados outros 2 projetos. Destes, 3 projetos foram concluídos no período e entregues ao Corregedor Geral.

Projetos concluídos no 1º trimestre de 2011:

Nº	Nome do Projeto	Objetivo Geral	Data de início/ Entrega	Situação Atual
05	Rotinas e procedimentos de atuação da Corregedoria	Normatizar as rotinas e procedimentos de atuação da Corregedoria Geral.	12/05/10 02/02/11	Finalizado. Com o Corregedor
14	Atos de Pessoal	Avaliar os sistemas informatizados disponíveis para tratamentos dos atos de pessoal com vistas à adesão do TCEES.	06/10/10 05/01/11	Finalizado. Com o Corregedor
15	Estatísticas de Resultados do Controle Externo	Propor mecanismos para coleta, armazenamento, análise e divulgação dos resultados do Controle Externo do TCEES.	03/11/10 11/02/11	Finalizado. Com o Corregedor

Projetos iniciados e/ou em andamento:

Nº	Nome do Projeto	Objetivo Geral	Data de início	Data prevista p/ entrega
07	Adequação do RI às alterações legislativas na área contábil e IN nº 08/2008	Abordar os requisitos necessários para adequar os procedimentos de trabalho do TCEES às alterações legislativas na área contábil e IN nº 08/2008.	28/07/10	31/05/11
10	Fluxogramas dos procedimentos de trabalho regimentais	Elaborar, para os principais procedimentos de trabalho, fluxogramas considerando o Regimento Interno e os fluxos reais. Propor adequações e/ou melhorias.	04/08/10	04/05/11
13	Educação	Propor minuta de resolução com o objetivo de instituir novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao cumprimento pleno do disposto no art. 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, II e 27 da Lei Federal nº 11.494/2007.	22/09/10	18/05/11
16	Novas perspectivas para as auditorias de obras	Propor matriz de riscos para aprimoramento dos programas de auditorias de obras.	24/11/10	29/06/11
17	Transparência nas contas	Propor mecanismos para divulgação dos atos do Plenário.	12/01/11	06/04/11
18	TCEES Sustentável	Elaborar programa para implantação da gestão ambiental no TCEES, com o objetivo de propor a adoção de uma série de projetos que corrijam e diminuam, pelo uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos, os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. Os projetos propostos terão três linhas de atuação: 1-conscientização e sensibilização quanto à necessidade de proteção do meio ambiente; 2-ações de combate ao desperdício e de redução de consumo e custos e 3-promoção da responsabilidade socioambiental nas aquisições e contratações institucionais.	12/01/11	12/04/11

5.1.5 Procedimentos Disciplinares

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/11	Em andamento. Despachado para a 3ª CA em 07/02/11.
9350/2010	Comunicação	05/01/11	Em andamento. Despachado para a Presidência em 07/01/11, retornando à Corregedoria em 21/01/11. Distribuído para a Comissão Permanente de Sindicância, em 24/01/11, retornando à Corregedoria 17/02/11.

6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por quatro Controladorias Administrativas – CA's, conforme anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O controle orçamentário é feito pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão – NPO e a execução financeira pela 1ª Controladoria Administrativa – 1ª CA.

O orçamento do TCEES para o exercício de 2011 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 90.752.400,00, sendo R\$ 90.000.000,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 752.400,00 de recursos vinculados do tesouro referente à convênio com a União.

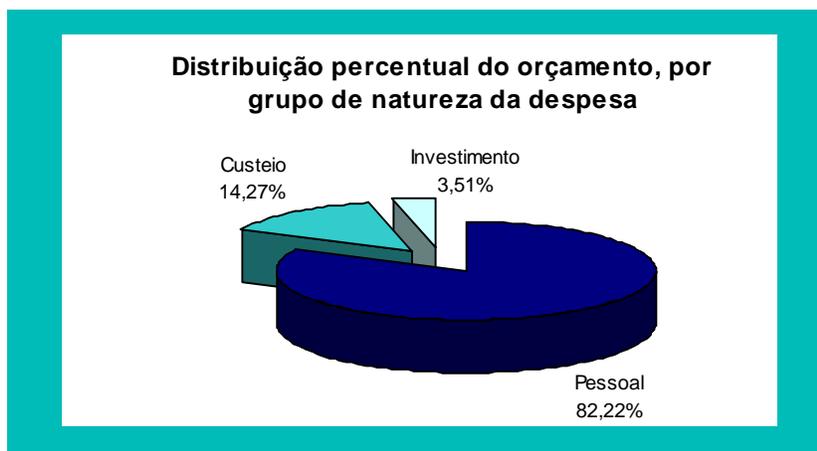
A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/03/11.

Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas correntes	87.565.443,00	50.451.298,58	18.020.839,35	17.669.206,85
Pessoal	74.618.416,00	43.561.638,52	16.313.756,71	15.963.630,07
Pessoal – Ativo	61.618.416,00	43.561.638,52	16.313.756,71	15.963.630,07
Pessoal – Inativo ¹	13.000.000,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
Outras despesas (custeio)	12.947.027,00	6.889.660,06	1.707.082,64	1.705.576,78
Despesas de capital (investimento)	3.186.957,00	544.693,81	48.120,90	48.120,90
Total Geral	90.752.400,00	50.995.992,39	18.068.960,25	17.717.327,75
Total Disponível²	77.752.400,00			(valores em R\$)

1 - Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.624/2011 (LOA).

2 - Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 28/01/11), disponível no portal www.tce.es.gov.br.

Descrição	Quadrimestres		
	1º	2º	3º
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	46.981.200,25	48.347.588,41	50.168.403,59
Receita Corrente Líquida – R\$	7.297.082.364,97	7.398.255.701,99	7.909.033.785,79
Limite apurado – %	0,64	0,65	0,63
Limite máximo – 1,30 %	94.862.070,74	96.177.324,13	102.817.439,22
Limite prudencial – 1,24 %	90.483.821,33	91.738.370,70	97.676.567,25

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO a DEZEMBRO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.172.588,53	148.745,89
Pessoal Ativo	54.154.110,38	127.224,04
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	18.478,15	21.521,85
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.152.930,83	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.152.930,83	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	50.019.657,70	148.745,89
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	50.168.403,59	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	7.909.033.785,79	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,634	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	102.817.439,22	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	97.676.567,25	

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 26 de janeiro de 2011.

Nota:

Na Receita Corrente Líquida:

- a) não foi considerado o montante de R\$ 330.134.531,47 (trezentos e trinta milhões, cento e trinta e quatro mil e quinhentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), relativos a receita de IRRF sobre folha de servidores do período de janeiro a dezembro/2010, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003.

Na Despesa Bruta com Pessoal:

- a) não foi considerado o montante de R\$ 7.714.150,92 (sete milhões, setecentos e quatorze mil e cento e cinquenta reais e noventa e dois centavos), relativos a IRRF sobre folha de servidores do período de janeiro a dezembro/2010, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003;

Conselheiro UMBERTO MESSIAS DE SOUZA
 Presidente

ILDEMAR BORGES JÚNIOR
 Diretor Geral de Secretaria

LUZIA EDNA GUIOTO SCHNEIDER
 Chefe da 1ª Controladoria Administrativa

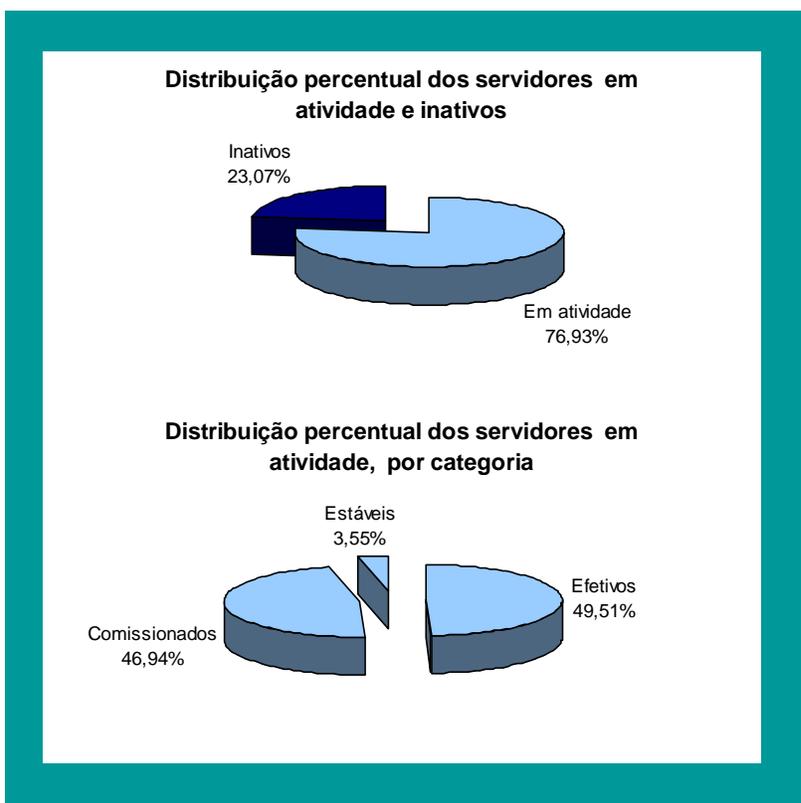
6.2 GESTÃO DE PESSOAS

6.2.1 Quadro de servidores e estagiários

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas e gráficos a seguir

Servidores por categoria	2010	2011
		1º Trim
A disposição do TCEES	2	2
Cedidos pelo TCEES	22	20
Servidores do TCEES	654	659
Em atividade	501	507
Efetivos	248	251
Comissionados	235	238
Estáveis	18	18
Inativos	153	152

Estagiários	2010	2011
		1º Trim
Nível superior	77	74
Nível médio	34	31
Total	111	105



6.2.2 Capacitação

O TCEES promove, por meio da 4ª Controladoria Administrativa - Escola de Contas Públicas, eventos de capacitação para seus servidores, membros e para o público externo, especialmente para os técnicos das administrações municipais, focados nas áreas correlacionadas com a gestão dos recursos públicos.

Oportuniza também a participação de seus servidores e membros em eventos organizados por outras instituições. Destacam-se também a participação em outros eventos de capacitação, como: reuniões e visitas técnicas.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	1º Trim
Eventos	11
Eventos realizados pelo TCEES	7
Público Interno - servidores e membros do TCEES	6
Público Externo - jurisdicionados	1
Eventos promovidos por outras instituições	1
Eventos de iniciativa do servidor	-
Outros eventos	3
Pessoas capacitadas	463
Servidores e membros do TCEES	380
Jurisdicionados	83
Horas de capacitação	9.278
Servidores e membros do TCEES	7.574
Jurisdicionados	1.704

Temas dos eventos de capacitação
<p>Eventos realizados pelo TCEES:</p> <p><u>Público Interno (Servidores e membros do TCEES):</u> <i>Cursos:</i> Auditoria operacional com foco em meio ambiente; Questões polêmicas nas áreas de licitações e contratos; Controle de constitucionalidade nos tribunais de contas; Direito constitucional - modulo II, Contabilidade societária - mudanças na lei 11.638/07 e 11.941/09. <i>Fórum:</i> O TCEES e o meio ambiente.</p> <p><u>Público Externo (Jurisdicionados):</u> <i>Curso:</i> Análise de prestação de contas anual nos municípios.</p> <p>Eventos promovidos por outras instituições: <i>Curso:</i> Gestão e fiscalização de contratos na administração pública (Rio de Janeiro-RJ).</p> <p>Outros Eventos: Solenidade de posse do presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte-MG); Reunião do subgrupo de fundos públicos (Brasília-DF); Reunião do conselho dos procuradores gerais de contas (Brasília-DF).</p>

Ressalta-se o Fórum “O Tribunal de Contas e o Meio Ambiente” – realizado nos dias 23 e 24/02/11, no auditório do TCEES, com a participação de renomados especialistas e autores da área.

Palestra	Palestrante
Marco regulatório das questões ambientais, atores do meio ambiente e sustentabilidade	<p>Sônia Maria Dalcomuni Doutora em Economia pela Universidade de Sussex (Inglaterra) e membro fundadora da Renanosoma (Rede de Pesquisa e Meio Ambiente)</p>
Auditoria ambiental pública e os tribunais de contas	<p>Luiz Henrique de Moraes Lima Doutor em Planejamento Ambiental e auditor substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso</p>
A constituição federal e a defesa do patrimônio ambiental	<p>Paulo Affonso Leme Machado Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Robert Schuman, de Strassbourg, França, e autor de vários livros sobre direito ambiental</p>
Licitações públicas sustentáveis	<p>Flávio Amaral Garcia Procurador do Estado do RJ; mestre em Direito Empresarial; professor da Fundação Getúlio Vargas e da Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria Geral do Estado do RJ</p>
Noções gerais de saneamento básico e política nacional e estadual de resíduos sólidos	<p>Wanderley Nogueira Doutor em Tratamento de Resíduos Sólidos, mestre em Hidráulica e Saneamento e Engenheiro Civil</p>
Licenciamento ambiental - aspectos teóricos e práticos e responsabilidade das prefeituras na concessão de licenças ambientais	<p>Flávia de Souza Marchezini Mestre em História Social das Relações Políticas, especialista em Direito Público e procuradora do Município de Vitória (ES)</p>
Boas práticas da AGU na área ambiental	<p>Maria Augusta Soares de Oliveira Ferreira Coordenadora nacional da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e advogada da União</p>
O programa ambientação do governo de Minas Gerais	<p>Ricardo Botelho Tostes Ferreira Autor e coordenador do Programa Ambientação, Educação Ambiental em Prédios Públicos de MG</p>
Apresentação de casos de auditoria ambiental	Técnicos do TCU, TCE-RJ, TCE-TO, TCM-RJ, TCM-PE, TCE-BA, TCE-AM

A Biblioteca, que faz parte da estrutura da 4ª CA, atende a servidores do TCEES e servidores dos jurisdicionados. Destaca-se que é feito um trabalho de catalogação, classificação e indexação do acervo, permitindo agilidade e abrangência nas consultas, além do diferencial de qualidade no atendimento, que faz da biblioteca uma rica fonte de pesquisa.

Expansão do Acervo Documental (aquisição e tratamento técnico)	2010	2011
		1º Trim
Exemplares de livros	5.299	5.397
Fascículos de periódicos e diários	12.334	12.409
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	106	106
Outros materiais	995	1.022
Total	18.734	18.934

Outras Informações	1º Trim
Empréstimos de material bibliográfico	894
Atendimento ao Público	626
Interno	585
Externo	41
Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental	545
Acervo bibliográfico	353
Bases de dados informatizadas	192
Indexações	966
Artigos de periódicos indexados	350
Legislação indexada e consolidada	616

6.2.3 Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep)

O TCEES possui um Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep) para servidores efetivos, regulamentado pela Resolução Nº 203/2005, cujo objetivo é assegurar a qualificação permanente dos servidores no exercício de suas funções. No trimestre foram efetuadas 59 promoções/progressões.

A Portaria N nº 010/2011 (DOE - 16/03/11) designou os servidores que compõem a Comissão Técnica responsável pela continuidade dos procedimentos a serem adotados na progressão e promoção das carreiras do quadro efetivo, referente ao exercício de 2010.

6.3 SERVIÇOS GERAIS

A 2ª Controladoria Administrativa é a unidade responsável pela realização das atividades operacionais de manutenção, conservação e controle das dependências, dos transportes, dos materiais e do patrimônio do TCEES.

Serviços gerais	1º Trim
Número de bens movimentados	43
Número de requisições ao almoxarifado	1.353

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2010	2011
		1º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.039.024	6.041.604
Estoque de bens patrimoniais	9.564	9.565

6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

O Núcleo de Controle de Documentos (NCD) é a unidade responsável por todas as atividades relacionadas ao trâmite de documentos e processos, desde a autuação até o arquivamento, quando for o caso.

Controle documental	1º Trim
Correspondências expedidas	3.269
Correspondências recebidas	3.222
Processos arquivados	942
Processos desarquivados	298
Processos autuados	1.842
Controle externo	1.670
Pessoal do TCEES	13
Processos administrativos do TCEES	159

Os processos de controle externo, autuados, estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	1º Trim
Pessoal	1.013
Pessoal Aposentadoria	631
Pessoal Admissão	223
Pessoal Pensão	103
Pessoal Reserva Remunerada	38
Pessoal Reforma	15
Pessoal Edital de Concurso Público	2
Pessoal Concurso Público	1
Outros Assuntos	657
Prestação de Contas Anual	204
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	116
Lei Orçamentária Anual	80
Lei de Diretrizes Orçamentária	71
Relatório de Gestão Fiscal	41
Prestação de Contas Bimestral	35
Denúncia	18
Consulta	16
Auditoria Solicitação	12
Representação	12
Auditoria Relatório	10
Recurso de Reconsideração	10
Requerimento	7
Plano Plurianual	6
Recurso de Revisão	4
Comunicação Instauração Tomada de Contas	3
Embargos de Declaração	3
Fornecimento de certidão	3
Auditoria Especial	2
Encaminhamento	1
Precatório	1
Prestação de Contas Mensal	1
Tomada de Contas	1
Total	1.670

7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Núcleo de Comunicação Social (NCS) é a unidade responsável pelo planejamento e pela execução das ações relacionadas à comunicação interna e externa, tendo como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do TCEES e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

Com o intuito de promover a construção e a manutenção da imagem do TCEES, o NCS se encarrega de receber jornalistas e fornecer a eles quaisquer informações de que necessitem para o cumprimento de suas pautas; de responder às demandas da mídia; de estabelecer rotinas que permitam detectar fatos e feitos que possam se tornar notícias; de criar ferramentas que possibilitem esclarecer à população e aos jurisdicionados sobre o papel do Tribunal de Contas.

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação externa:

Portal TCEES - Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.

Relatório de Atividades – elaborado pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão (NPO) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.

Informativo Acontece - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.

Terminal de auto-serviço (Totem) - Com o intuito de proporcionar mais acesso a informações e transparência a seus atos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual

qualquer pessoa pode acessar a pauta das Sessões e as notícias referentes ao Órgão. Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

Responsabilidade Social – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pelo Núcleo de Assuntos de Cerimonial (NAC).

No trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos no auditório	1º Trim
Eventos promovidos pelo TCEES, com a participação do NAC	2
Empréstimos do auditório	1
Total	3

Temas dos eventos ocorridos no Auditório do TCEES
<p>Promovidos pelo TCEES</p> <p>1) Lançamento do Plano estratégico 2010 / 2015 da Corregedoria Geral do TCEES, no dia 19/01/2011</p> <p>2) Fórum TCEES e o Meio Ambiente, no período de 23 e 24/02/2011</p> <p>Promovidos por outras instituições</p> <p>1) 42º Aniversário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no dia 25/03/2011</p>

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo NCS.

Comunicação externa	1º Trim
Atendimentos a jornalistas	23
Jornalistas recebidos no TCEES	3
Releases enviados à imprensa	12
Textos produzidos para o Informativo Acontece	16
Edições do Informativo Acontece publicadas	2
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.362
Textos institucionais elaborados	3
Publicações	1
Notícias inseridas no Portal	9
Visitas realizadas (Relações Institucionais) ⁷	1

⁷ Visita do staff do TCEES à Siderúrgica ArcelorMittal Tubarão, em 30/03/11.

7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

Com o intuito de encurtar a distância física e temporal entre o corpo técnico e o corpo gerencial; de incentivar o contato dos servidores com os conselheiros; de integrar os departamentos, hoje separados inclusive em função da estruturação física; de estimular a participação dos servidores em ações sociais; de reduzir as diferenças culturais e sociais dentro do Órgão; e de atenuar eventual clima de hostilidade entre servidores, o TCEES mantém os seguintes canais de comunicação:

Intranet - Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.

Notícias no Ponto - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

A tabela a seguir refere-se às atividades de divulgação interna realizadas pelo NCS.

Comunicação Interna	1º Trim
Notícias publicadas no mural Notícias no Ponto	120
Notícias inseridas na Intranet	27
Eventos fotografados	6

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação é base para a implementação de soluções objetivando a evolução dos procedimentos, a eficiência e a efetividade do controle dos recursos públicos por meio de ferramentas de apoio às auditorias.

Atividades da Tecnologia da Informação	1º Trim
Atendimentos de suporte ao uso da informática	899
Auditorias com participação da CTI	1

Evolução da Tecnologia da Informação	2010	2011
		1º Trim
Estações de trabalho	400	381
Servidores com acesso à Internet	460	480
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	6
Sistemas em funcionamento	31	31
Desenvolvidos pela CTI	19	19
Adquiridos	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Novo sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas, nova classificação funcional-programática e novos relatórios e consultas relativos a LRF.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

ANEXOS**ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA**

O Tribunal foi criado por meio da Lei nº 1.287/1957, que lhe conferiu a missão institucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os poderes legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

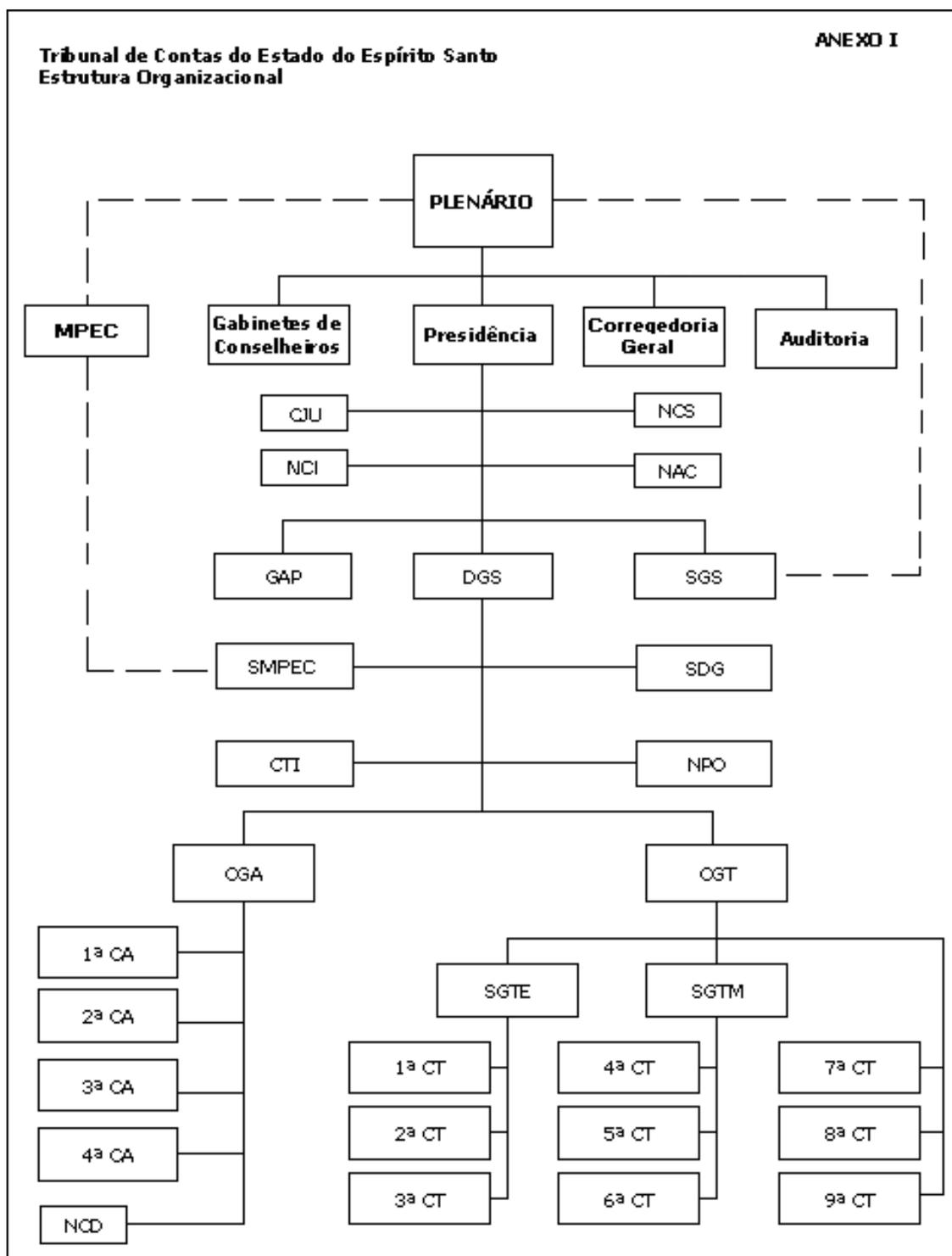
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo para Assuntos de Cerimonial	NAC
Núcleo de Controle Interno	NCI
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Controladoria de Tecnologia da Informação	CTI
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão	NPO
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
4ª Controladoria Administrativa	4ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT